

## Prefácio

Rosa Fátima de Souza Chaloba

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CHALOBA, R. F. S. Prefácio. In: DINIZ, C. A. *A escola da juventude paulista: a expansão dos ginásios públicos e o campo político no estado de São Paulo (1947-1963)* [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, pp. 7-11. ISBN: 978-65-5954-005-1. Available from: <https://books.scielo.org/id/26c6f>. <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-005-1.p7-11>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## PREFÁCIO

---

Revisitar velhos temas, interpretando-os de forma inovadora, não é uma tarefa fácil, pois exige uma boa dose de ousadia para questionar interpretações instituídas, esforço de análise, além de sensibilidade e acurada atenção às possibilidades abertas por novas abordagens e fontes de pesquisa. O livro que o leitor tem em mãos reúne todas essas qualidades. Ele problematiza o lento e dificultoso acesso das camadas populares ao antigo ensino secundário (etapa da escolarização que corresponde atualmente às séries finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio).

Ao eleger como objeto de investigação a expansão do ensino secundário público, particularmente os estabelecimentos de primeiro ciclo – os ginásios oficiais –, Carlos Alberto Diniz põe em questão os tortuosos (des)caminhos da democratização do ensino no Estado de São Paulo e no Brasil. Por meio de uma narrativa elegante e instigadora, o autor conduz uma reflexão acurada sobre as vicissitudes em torno da educação secundária, as expectativas sociais relacionadas a essa modalidade/tipo de escola tradicionalmente elitizada, considerada por muito tempo símbolo de distinção e privilégio social. Nesse momento em que os embates em torno da escola pública se encontram latentes na sociedade brasileira, este livro se reveste de enorme atualidade, pois demarca, com precisão, conquistas importantes da cidadania a serem preservadas.

Como evidencia fartamente a obra, até meados do século XX, apenas um pequeno número de adolescentes e jovens tinha acesso à educação secundária no Brasil. Caracterizada por uma formação geral e humanística com forte caráter propedêutico, tendo em vista a preparação para o ensino

superior, essa modalidade do ensino médio atendia mais homens do que mulheres e, com raras exceções, estudantes negros e oriundos de famílias de camadas populares. Além do pequeno número de escolas existentes, a maioria delas privadas mantidas por congregações religiosas ou particulares, havia o exame de admissão, que funcionava como um eficiente instrumento de seleção/exclusão escolar. O caráter seletivo e elitista do secundário foi reiterado na conhecida Reforma Capanema (Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-lei n.º 4.244, de 9/4/1942), quando, às finalidades dessa formação, foi atribuída “preparação das individualidades condutoras” do país. Nessa reforma, em que o secundário foi dividido em dois ciclos: o curso ginásial de quatro anos de duração e o colegial de três anos ramificando nos cursos clássico e científico, dois tipos de estabelecimentos de ensino foram instituídos – os ginásios destinados ao primeiro ciclo e os colégios que ofereciam o segundo ciclo ou o secundário completo.

Em que pese essa orientação restritiva da reforma Capanema, no final da década de 1940 e no transcorrer da década seguinte, intensificou-se no país uma expressiva expansão dos ginásios públicos ampliando as possibilidades de escolarização dos adolescentes de diferentes grupos sociais.

Esse fenômeno que ocorreu em ritmos diversos e de modo desigual nos Estados brasileiros foi analisado inicialmente por técnicos da Diretoria Nacional do Ensino, como Jayme Abreu e Geraldo Bastos Silva, entre outros, mas foi pouco problematizado pelos historiadores da educação nas décadas seguintes, que se voltaram mais para o estudo das reformas do secundário ou para a história das instituições, particularmente, dos primeiros liceus criados nas províncias ao longo do século XIX e dos primeiros ginásios públicos instalados na Primeira República.

Em boa hora, portanto, é publicado este livro que constitui, sem dúvida, uma importante contribuição para a historiografia da educação brasileira. Carlos Alberto Diniz enfrentou o desafio de reconstituir a história

da expansão dos ginásios públicos no Estado de São Paulo problematizando o tema pelas lentes da história política e mobilizando um conjunto diverso de fontes de pesquisa. Já no início do livro, o autor situa a abrangência dessa expansão e seu significado educacional e sociopolítico. Até 1930, São Paulo contava com apenas três ginásios públicos localizados respectivamente na capital, em Campinas e em Ribeirão Preto. A primeira etapa significativa de expansão da rede de ginásios oficiais ocorreu entre 1932 e 1947, compreendendo 58 unidades. No período seguinte, entre 1947 e 1963, esse crescimento foi acelerado e ainda mais notável, resultando em 561 estabelecimentos: 96 na capital e 465 no interior do Estado, consistindo na maior rede de estabelecimentos de ensino secundário público do país. Como e por que isso ocorreu?

Na tentativa de elucidar essa questão, o autor se debruçou sobre os intrincados meandros do jogo político desvelando a atuação dos deputados, governadores, prefeitos, vereadores e sociedade civil. Sem incorrer nas armadilhas do determinismo econômico e político, o livro interroga o lugar da política e dos sujeitos políticos nas operações de expansão. Sobressaem, assim, as demandas, as pressões populares, a atuação incisiva dos deputados apresentando projetos de lei à Assembleia Legislativa, as iniciativas do poder Executivo, enfim, inúmeras instâncias, aspectos e atores implicados na criação e expansão dos ginásios.

Além da temática, outro grande mérito da pesquisa realizada por Carlos Alberto Diniz diz respeito à originalidade das fontes de pesquisa. Ao utilizar como principal *corpus* documental os projetos de lei apresentados pelos deputados à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para a criação de ginásios, Carlos pôs em relevo a potencialidade desses materiais para a investigação histórica da educação. Peça fundamental nas lides do Poder Legislativo, o projeto de lei permite acompanhar a tramitação dos processos de criação de escolas, os deputados envolvidos, os debates e embates

no âmbito da Assembleia, o emaranhado de interesses em jogo, as justificativas enunciadas e implícitas, as iniciativas bem e mal-sucedidas.

De fato, os projetos de lei oferecem inúmeras informações relevantes para os estudiosos da história da política educacional na medida em que permitem apreender as iniciativas de proposições de criação de escolas públicas de diferentes níveis apresentadas por deputados, pelos governadores e pela Comissão de Educação e Cultura, os municípios atendidos, o tempo de tramitação dos projetos, etc. Em vários projetos de lei, Carlos Alberto Diniz encontrou também uma diversificada documentação utilizada pelos deputados para fundamentarem suas propostas: abaixo-assinados, relatórios censitários, correspondências de autoridades locais (prefeitos e vereadores), solicitações de associações comerciais e civis, reportagens veiculadas em jornais locais e fotografias. O autor se valeu habilmente dessa documentação complementar para se aproximar das lutas pelos ginásios no âmbito municipal examinando não somente a atuação dos atores políticos locais, mas também as demandas/pressões da população.

O que mais surpreende na leitura do livro é o modo como o autor tece a narrativa com rigor e acuidade, aproximando o leitor do cenário político configurado no Estado de São Paulo no período da redemocratização do país, no decorrer das quatro legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, abarcando as gestões de quatro governadores: Adhemar de Barros, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, Lucas Nogueira Garcez e Jânio Quadros, e, assim, desvelando o complexo jogo político relacionado à educação secundária. A esse respeito, vale assinalar outra dimensão relevante da contribuição deste livro para o entendimento do processo de expansão dos ginásios oficiais no Estado de São Paulo. Refiro-me à potente análise sobre a participação dos municípios, aspecto pouco explorado nos estudos sobre a história do ensino secundário e que ganha especial relevo nesta obra. Nesse sentido, o livro chama a atenção para o expediente utilizado por alguns

municípios paulistas criando e mantendo ginásios, às vezes com a colaboração de particulares, para, em ocasião oportuna, reivindicarem a estadualização da escola.

Por fim, não posso deixar de ressaltar a enorme satisfação que tive em orientar Carlos Alberto Diniz em seu doutorado, cuja tese culminou nesta publicação. Ademais do compromisso, da disciplina intelectual, do determinismo e do apreço ao trabalho minucioso em arquivos, qualidades fundamentais de um bom pesquisador afeto aos ofícios da História, destacam-se também a solicitude, o compartilhamento de saberes, a gentileza e a solidariedade praticadas comigo e com os colegas no âmbito do GEPCIE (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais).

Por todas as razões assinaladas anteriormente, a leitura deste livro é indispensável a todos que se interessam pelas questões da educação brasileira. Como se pode perceber neste livro, a expansão dos ginásios públicos não foi uma política planejada e deliberada, mas fruto de uma complexa rede de ações dos atores políticos e sociais. Posso assim dizer que *A Escola da Juventude Paulista* convida o leitor a percorrer esse breve percurso de 15 anos em que o ginásio público chegou à maioria dos municípios paulistas, permitindo que adolescentes e jovens que haviam concluído o ensino primário ampliassem suas oportunidades de escolarização e sonhassem novas possibilidades.

**Rosa Fátima de Souza Chaloba**

Araraquara, 7 de setembro, sem motivos para celebração face à tragédia humanitária de mais de 125 mil mortos pela Covid-19 no Brasil.